


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
 FORO DE SÃO CARLOS  
 VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
 Rua D. Alexandrina, 215  
 São Carlos - SP  
 Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **0007335-70.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto **Procedimento Ordinário - Contribuições Previdenciárias**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

**CONCLUSÃO**

Aos 30/01/2014 16:57:23 faço estes autos conclusos ao  
 Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc.  
 subscrevi.

**RELATÓRIO**

BRUNO GIOVANY TASSIM propõe ação de conhecimento contra FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, alegando que, após processo seletivo, houve a sua admissão como Soldado PM Temporário da Polícia Militar nos termos da Lei nº 11.064/02, recebendo auxílio-mensal de 2 salários mínimos e vale refeição. Expirado o prazo do contrato por tempo determinado (29/10/08 a 29/10/10), houve a dispensa com o rompimento do vínculo. A lei considera tal atividade como exercício de voluntariado. Trata-se porém de norma inconstitucional, característica alguma há de voluntariado. A burla tem por objetivo privar o contratado de garantias sociais mínimas do trabalhador, por exemplo décimo terceiro salário e férias. O vínculo que se estabelece, na realidade, equipara-se ao estatutário, pois o contratado é admitido após processo seletivo, como um concurso público, e passa a prestar serviços equivalentes ao do PM concursado. Sob tais fundamentos, pede-se: (a) o reconhecimento do vínculo empregatício entre o Soldado PM Temporário e o Estado (29/10/2008 a 29/10/2010) e em consequência o pagamento de contribuições previdenciárias, liberando-se certidão de tempo de serviço; (b) como consequência do reconhecimento do vínculo empregatício, requerer-se a nulidade do contrato de trabalho voluntário; (c) a declaração de inconstitucionalidade da Lei Federal nº 10.029/00 e da Lei Estadual nº 11.064/02; (d) a condenação da ré ao pagamento, em dobro, das férias, acrescido da parcela constitucional, 13º salário, adicional de insalubridade em seu patamar máximo (40%) sobre dois salários mínimos durante a vigência do contrato e adicional de local de exercício e (e) reintegração nos serviços ou readmissão, equiparando-se ao Sd PM de 2ª Classe. Requereu o pagamento dos atrasados devidamente atualizados. Juntou cálculos (fls. 19/26) e documentos (fls. 29/35).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

A antecipação de tutela foi negada (fls. 43).

O réu foi citado e contestou (fls. 49/82), alegando que o vínculo travado, ao contrário, é temporário, não havendo relação de emprego e sim voluntariado, ausente o direito afirmado na inicial.

Houve réplica (fls. 111/117).

**FUNDAMENTAÇÃO**

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

São três questões: uma, a da reintegração à função; outra, a do recebimento de diferenças; outra, a da liberação da certidão de tempo de serviço.

A reintegração pretendida não tem fundamento.

O Soldado PM Temporário é contratado por processo seletivo, indubitavelmente simplificado se comparado ao concurso; também não tem a mesma concorrência que o concurso público, já que a natureza precária e temporária do vínculo e a baixa remuneração previstos no edital de contratação do Soldado PM Temporário – considerada a presunção de legalidade dos atos administrativos – certamente afastaram muitos interessados.

A parte autora pretende a reintegração com a instituição de vínculo que, pelo caráter das garantias pretendidas, assumiria a natureza ou seria equivalente ao do titular de cargo ou emprego público provido por concurso.

Só que a CF é expressa: apenas quem é aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, e na forma prevista em lei, pode vir a manter com a Administração Pública vínculos de tais naturezas – art. 37, II, CF.

A parte autora não foi contratada dessa forma.

A Lei Federal 10.029/2000 e a Lei Estadual 11.064/2002, que dão lastro à contratação do Soldado PM Temporário, realmente foram declaradas inconstitucionais pelo Órgão Especial do E. TJSP no incidente de inconstitucionalidade nº175.199-0/0, Rel. Des. Mathias Coltro, j. j.5.8.2009.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

Ocorre que nem por isso um contrato temporário converte-se em contrato por tempo indeterminado, e muito menos um contrato precário gera o direito a garantias contra a demissão.

A tese da parte autora não tem lógica: uma contratação nula, justamente porque não efetuada mediante concurso, não pode dar ao contratado os mesmos direitos que teria se tivesse ingressado no serviço público regularmente. A parte autora, se acolhido o pleito, seria premiada pelo fato de ter sido contratada irregularmente, o que é inadmissível.

Superada esta matéria, vejamos a pretensão de recebimento de diferenças no período em que foram prestados os serviços.

A pretensão procede em sua maior parte, pena de enriquecimento sem causa da Administração Pública. A parte autora, ainda que contratada irregularmente, prestou serviços idênticos ao do PM efetivo. A natureza e complexidade das funções desempenhadas (art. 7º, V, e art. 39, § 1º, I, ambos da CF) são exatamente as mesmas, nada justificando, portanto, a disparidade remuneratória. Ainda que nula a contratação, a parte autora deve receber as diferenças para que o Poder Público não se locuplete indevidamente às custas de uma contratação irregular. Todavia, não as férias em dobro, uma vez que a norma da CLT, por destinar-se aos vínculos empregatícios celetistas, não se aplica ao caso.

A condenação, porém, fica limitada ao postulado, ante o princípio da adstrição do julgamento ao pedido – arts. 128 e 460, CPC.

Indo adiante, não haverá de ser acolhido o pedido de recolhimento da contribuição previdenciária. É que, considerados os serviços, como a contratação não segue as regras da CLT, o acolhimento, aqui, desnaturaria a relação firmada entre as partes, aliás relação irregular.

A emissão de certidão de tempo de serviço, porém, é de rigor, uma vez que eles foram prestados efetivamente.

### **DISPOSITIVO**

Assim, julgo parcialmente procedente a ação e CONDENO a ré a:

A) pagar, em relação a todo o período em que houve a prestação de


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

serviços, as parcelas remuneratórias referentes às férias, terço constitucional de férias, décimo terceiro salário, nos seus momentos regulares de pagamento, além de adicional de periculosidade de 40% sobre dois salários mínimos, e adicional de local de exercício, mês a mês, com atualização monetária desde cada vencimento nos moldes da Tabela do TJSP para Débitos da Fazenda Pública, e juros moratórios desde a citação na forma da Lei nº 11.960/09.

B) expedir certidão de tempo de serviço em favor da autora.

Ante a sucumbência recíproca, cada parte arcará com 50% das custas e despesas processuais, observada a AJG concedida à parte autora, compensando-se integralmente os honorários advocatícios (Súm. 306, STJ).

P.R.I.

São Carlos, 13 de fevereiro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**